

Marta Maria Chagas de Carvalho

Universidade de São Paulo (USP),
Programa de Pós-Graduação em
Educação, São Paulo, SP, Brasil.
mchagas.carvalho@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-79257567>

Maria Rita de Almeida Toledo

Universidade Federal de São
Paulo (Unifesp), Departamento de
História, Escola de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas,
Guarulhos, SP, Brasil.
mra.toledo@unifesp.br
<https://orcid.org/0000-0001-6391-3163>

Fontes para o estudo da cultura escolar: o caso da imprensa periódica educacional paulista e suas estratégias textuais de ordenamento da profissão docente (1893-1927)

Sources for the Study of School Culture: the Case of São Paulo's Periodical Educational Press and its Textual Strategies to Organize the Teaching Profession (1893-1927)

Resumo: Este artigo analisa um conjunto de publicações periódicas especializadas em educação que circularam em São Paulo, entre 1893 e 1927. A partir do final do século XIX, o periodismo emerge como importante meio de renovação da cultura letrada, e veículo de discussão e articulação de concepções, assim como suporte de difusão de representações e práticas culturais em disputa. À luz das proposições de de Certeau e Chartier, toma os periódicos como dispositivos de estratégias editoriais de conformação das práticas de professores das escolas primárias; e como estratégias de constituição de um novo público leitor, identificado por sua profissão, por seus valores e práticas. Os periódicos analisados são: *Eschola Pública (1893-1897)*; *Revista do Ensino (1902-1903)*; e *Revista Escolar (1925-1927)*.

Palavras-chave: imprensa periódica paulista; saberes pedagógicos; formação do leitor.

Abstract: This essay analyses a set of periodical publications specialized in education that circulated in São Paulo between 1893 and 1931. Since the end of the 19th

century, periodism appears as an important medium of renovation of the culture of the book, vehicle of discussion and articulation of conceptions and as a medium of diffusion of polemical cultural representations and practices. Through Michel de Certeau's and Roger Chartier's propositions, the essay defines journals as devices of editorial strategies of conformation of the work of teachers of primary schools and as strategies of constitution of a new public of readers, identified by their professions, values and practices. The journals analyzed are: *Eschola Pública* (1893-1897); *Revista do Ensino* (1902-1903) and *Revista Escolar* (1925-1927).

Keywords: periodical press of São Paulo; pedagogical knowledges; formation of the reader.

Com o conceito de cultura escolar Dominique Julia pretende estabelecer um programa de investigação que rehistoricize as escolas, tomando as práticas dos sujeitos a ela vinculados como centro de seu questionário de pesquisa¹. Para o autor, o historiador que quiser se debruçar sobre a escola em sua historicidade precisa prestar atenção no conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar; nas práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos². Segundo Julia, normas e práticas coordenam as finalidades que podem variar segundo épocas: finalidades religiosas, sócio-políticas ou apenas de socialização. Contudo, normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional que leva a cabo as normas e os dispositivos pedagógicos que escolarizam saberes e conhecimentos, segundo as finalidades sociais da escola. Sem se debruçar sobre a cultura profissional dos docentes – agentes fundamentais das práticas escolares – na interface direta com os estudantes – dificilmente os fazeres ordinários da classe são compreendidos em sua historicidade³. Dificilmente se percebe o processo de constituição da “cultura do conforme” estabelecida na escola e pela escola. Por isso mesmo, Julia destaca a importância de se identificar e conhecer as culturas infantis, juvenis e familiares dos sujeitos convertidos em estudantes. É sobre essa cultura – e a partir das representações que os profissionais da escola fazem dela – que os

¹ Dominique Julia. “A cultura escolar como objeto histórico”. *Revista Brasileira de História da Educação*, 1 (2000), p. 9.

² Idem, p. 11.

³ Anne-Marie Chartier. “Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação”. *Educação & Pesquisa*, 26-2 (2000), pp. 157-168.

processos de escolarização (e resistência) se configuram⁴. Analisar, portanto, as dinâmicas do fazer do ofício de professor e de sua cultura é fundamental para a construção da história da cultura escolar.

Este artigo é produto de análises de um conjunto de publicações periódicas especializadas em educação que circularam em São Paulo, entre 1893 e 1927⁵. Trata-se das publicações: *A Eschola Pública (1893-1897)*; *Revista do Ensino, órgão da Associação Beneficente dos Professores Públicos do Estado, (1902-1918)*; *Revista Escolar (1925-1927)*, editada por iniciativa da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo⁶. À luz das proposições de Roger Chartier e Michel de Certeau, pretende analisá-las como dispositivos de estratégias editoriais de conformação das práticas de professores das escolas primárias⁷. Mas, também como estratégias de constituição de um público leitor, identificado por sua profissão, por seus valores e práticas. Seu objetivo é identificar, caracterizar e comparar modalidades de uso do impresso, tomando-as como índices de posições no campo doutrinário constituído pelos saberes pedagógicos que circularam no período.

Reconfiguração da Cultura Letrada em São Paulo; imprensa periódica, escola e formação da cidadania

Para se compreender a opção dos educadores em privilegiar os usos de impressos periódicos nas estratégias de construção e ordenação do campo educacional, na passagem do século XIX para o XX, é preciso lembrar que, a partir da década de 1870, os discursos e práticas das elites paulistas associavam o livro/leitura e a escola a atitudes simbólicas e mentais que permitiriam o progresso do país, seja como práticas civilizatórias, seja como práticas disciplinares e de controle cultural. Tais representações da importância da cultura letrada como instrumento do

⁴ Dominique Julia. "A cultura escolar como objeto histórico", *op. cit.*, p. 11.

⁵ Uma versão deste texto foi apresentada no VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, em 2015. É parte dos resultados de uma investigação mais ampla desenvolvida por nós no Grupo de Estudos "História Cultural da escolar e dos saberes pedagógicos".

⁶ Esses periódicos foram analisados também por Ana Luísa Martins como subconjunto dos periódicos denominado por ela de "revistas de variedade". A autora descreve parte da materialidade desses periódicos e levanta algumas hipóteses para as curtas ou longas durações de existência de cada um deles, sem articulá-las à história do próprio campo educacional. Com outra perspectiva, tomamos esses periódicos como objeto de estudo. Ver Ana Luíza Martins. *Revistas em Revista*. São Paulo: EdUSP/ FAPESP, 2008.

⁷ Michel de Certeau. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987; Michel de Certeau. *L'invention du quotidien* (vol. 1.: Arts de faire). Paris: Gallimard, 1990; Roger Chartier. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa/ Rio de Janeiro: Bertrand/ DIFEL. 1990.

desenvolvimento da civilização implicavam em associar os saberes elementares – escrever, ler e contar – à instituição escolar e às práticas de leitura difundidas e controladas por essa instituição.

O processo não se restringe a São Paulo. Como observa Jean Hébrard para o mundo europeu, esses saberes eram, até então, facetas das práticas ordinárias da cultura escrita e sua vária transmissão estava relativamente restrita aos praticantes dessa cultura⁸. Com o deslocamento da importância social do alfabetismo, vinculado à escolarização, uma mutação se opera, rearticulando as relações entre cultura escrita e cultura oral e prescrevendo a ampliação de determinados saberes e práticas, até então restritos a determinados agentes sociais, para grupos cada vez mais amplos da sociedade⁹. Como observa Petrucci, escola e livro passam a ser entendidos como os meios mais adequados para determinar a difusão de valores e ideologias e os mais fáceis de controlar mediante regras, desde que se conseguisse dominar os processos de produção e sobretudo os de distribuição e conservação dos textos¹⁰.

Tais ordenações de difusão da cultura letrada dependiam, nessa nova ordem de representações, de um lado, da organização eficaz da uma rede de escolas, com profissionais preparados para ensinar as regras canônicas das práticas autorizadas da leitura e dos saberes a ela vinculados; de outro, de condições de produção dos impressos, colocados à disposição de profissionais da educação e do público que passa a frequentar a escola.

Para os republicanos paulistas, logo após a instauração do novo estado, havia um consenso em torno da importância da escola como instrumento de reconfiguração de uma nova ordem política interessada na difusão da cultura letrada e da cidadania operosa. Para Souza, a formação do cidadão republicano ancorou-se nas possibilidades de integração social pelo cultivo da formação cívico-patriótico e pela difusão de elementos das ciências, das técnicas, das letras e das artes. Mas, tal formação se ancoraria na “constituição de culturas escolares distintas, configuradas em diversos tipos de estabelecimentos de ensino e em modos diferenciados de distribuição e apropriação do conhecimento e de

⁸ Jean Hébrard. “Escarolarização dos saberes elementares na época moderna”. *Teoria & Educação*, 2 (1990), pp. 65-110.

⁹ Para uma discussão da reordenação e difusão de saberes letrados nas sociedades capitalistas, ver Guy Vincent, Bernard Lahire e Daniel Thin. “Sobre a história e a teoria da forma escolar”. *Educação em Revista*, 33 (2001), pp. 7-47.

¹⁰ Armand Petrucci. “Ler por ler: um futuro para a leitura”. In: Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (org.). *História da Leitura o mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002, pp. 206-207.

produção de disposições, de percepções de mundo e de pessoas”¹¹. Para a escola primária, foi atribuída a finalidade de realizar a educação popular. E para a educação popular, as primeiras aprendizagens da cultura escrita – ler-escrever-contar – tornaram-se repertório obrigatório, em uma escola organizada sobre o ensino simultâneo e graduado (Grupos Escolares), transmitindo os saberes a serem inculcados, por meio de doutrinas e prescrições metodológicas¹².

Estabelecer as estratégias para o recrutamento e formação dos novos profissionais do ensino dessa cultura difundida pela escola (agora professores no lugar de mestres escola) ganhava urgência: os modelos de escolas normais, assim como as práticas a serem difundidas, que no limite, produziram a identidade dessa nova classe de profissionais, pautavam o debate político na Assembleia Legislativa, assim como o debate no próprio campo educacional. Nas representações de muitos republicanos paulistas, o projeto de educação popular - bases da nascente república – dependia da constituição de um novo ofício de profissionais eficientes. O espaço escola demarcaria a inauguração, junto com outras instituições, do espaço público por excelência, no qual as regras impessoais deveriam imperar, ensinadas por meio de sua arquitetura monumental; por meio dos saberes minuciosamente organizados a transmitir; ou pelo modelo ilibado da conduta dos seus docentes, representantes dos valores morais e políticos necessários ao novo cidadão nascente. Nesse sentido, a rejeição da ideia de que os professores primários poderiam ser formados sem conhecimentos profissionais adequados, passa a ser a bandeira das primeiras gerações formadas na Escola Normal da Praça da República. A escola normal, por sua vez, passa a ser concebida como alicerce de toda a nova rede de escolas que nasceria com as primeiras reformas educacionais republicanas porque seria o lugar da produção das boas práticas a serem ensinadas na escola primária.

As representações dos saberes e condutas necessárias a esse profissional passam a circular nos impressos, materializando-se em suas páginas. Para Souza, “formulações doutrinárias e prescrições metodológicas foram constituindo uma rede de saberes sobre cada uma das matérias e uma pedagogia normativa alimentou os cursos de formação de professores, inspirou a produção de textos e fomentou um mercado editorial de livros e periódicos educacionais especializados”¹³. Nesse sentido, os periódicos educacionais desenham as fronteiras

¹¹ Rosa Fátima de Souza. *História da Organização do Trabalho Escolar e do Currículo no século XX*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 19.

¹² Idem.

¹³ Idem.

identitárias de seus leitores-docentes, demarcando o processo de profissionalização dos professores primários contra outras práticas vigentes na difusão do ler-escrever-contar e na preparação da instrução primária.

Contudo, a disseminação desses materiais escritos só foi possível pelo rápido desenvolvimento das artes gráficas em São Paulo, na passagem do século XIX para o XX. Segundo Cruz, no final do século XIX, há um crescimento considerável do número de tipografias na cidade: “além dos jornais diários de maior importância, como *O Correio Paulistano*, *O Estado de S. Paulo* e o *Diário Popular*, que abrem e aprimoram suas oficinas gráficas, fundam-se inúmeras tipografias e litografias particulares na cidade”¹⁴. É nesse período que, segundo a autora, “a imprensa periódica vira moda e transforma-se no principal produto da cultura impressa e o periodismo emerge como importante espaço de renovação cultural letrada”¹⁵. A imprensa periódica paulistana, na metrópole em formação, experimenta um verdadeiro *boom*, transformando-se em “foco fundamental de formulação, discussão e articulação de concepções, processos e práticas culturais e de difusão de seus projetos e produtos”. Ainda na mesma perspectiva, Cruz descreve o processo pelo qual a imprensa periódica torna-se instrumento fundamental de reconfiguração da cultura letrada da cidade de São Paulo:

Articulando-se às novas linguagens, num ambiente social livre das relações escravistas, fazendo da cidade seu ambiente, na imprensa periódica a palavra escrita e impressa parece buscar transpor os limites impostos por suas funções de código e linguagem de uma reduzida elite proprietária e letrada, ligada diretamente aos círculos de poder na província e oriunda da Faculdade de Direito do Largo S. Francisco. A cidade intromete-se na imprensa. O crescimento da cidade, a diversificação das atividades econômicas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento da vida mundana são incorporados às formas e conteúdos dessas publicações. Através de novas temáticas, personagens e linguagens, o processo social que transforma a cidade passa também a configurar as publicações¹⁶.

¹⁴ Heloísa de Faria Cruz. *São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e Vida Urbana (1890-1915)*. São Paulo: Educ/ FAPESP, 2000, p. 70.

¹⁵ Idem, p. 71.

¹⁶ Idem, p. 80.

Tal reordenamento do mercado de impressos foi possível, segundo a autora, por fatores que permitiram sua estruturação de forma estável: a regularização dos serviços de correio e telégrafos, proporcionado pelo desenvolvimento das vias férreas, melhoraram o a sua distribuição, inclusive, permitindo a sistematização do serviços de assinatura; também, é nesse período que algumas casas livres abrem suas portas e admitem distribuir a imprensa periódica, como a Casa Garraux; a ampliação do público leitor para além da elite masculina, com a chegada de imigrantes já alfabetizados, da ampliação do alfabetismo feminino e das camadas letradas intermediárias – professores escrivães, caixeiros, funcionários burocráticos, tipógrafos e linotipistas e outros trabalhadores urbanos; o preço mais baixo desses impressos; além da própria expansão da estrutura tipográfica da cidade, como já indicado.

No seu esforço de compreender a reconfiguração da cultura letrada das duas últimas décadas do XIX, Cruz conclui que:

a agilidade da imprensa, seu caráter mais aberto e democrático transformaram-na em um campo muito mais propício à renovação da cultura letrada do que a da produção ficcional. No espaço da imprensa, com a intromissão de 'escritas' e olhares de setores e grupos sociais anteriormente alheios aos seus códigos, a cultura letrada tradicional teve que enfrentar inúmeros desafios, colocando-se como um campo privilegiado da disputa cultural no período¹⁷.

Inserida nessa cultura letrada renovada, capitaneando a bandeira da difusão das luzes, a nova categoria de docentes, que nasce sob a formação da Escola Normal, lança mão do uso dos impressos periódicos, conformando-os, de um lado, como lugar da afirmação coletiva de uma nova classe profissional. Essa nova classe se distinguia claramente dos mestres-escola e de seus padrões de formação e exercício da profissão. Nessa direção, o espaço dos periódicos configurava identidades e veiculava projetos articuladores da escola que surgia.

De outro lado, os impressos se ordenaram como lugar de poder, hierarquicamente esquadrihado, ocupado por aqueles profissionais *bem formados* que tomam a palavra para debater e prescrever a todo o grupo profissional, os saberes e suas formas práticas de inserção na recém-criada escola graduada paulista, complexificando o conjunto semântico da profissão, por meio de um novo jargão que deveria ser necessariamente empregado pelos que pertencessem a essa nova classe

¹⁷ Idem, p. 81.

profissional. Tal lugar de poder configura-se assim como estratégia fundamental de ordenação do processo de institucionalização da escola paulista, delineando, de certo modo, as próprias formalidades práticas dos fazeres do cotidiano escolar e regrido as práticas autorizadas de leitura, por meio da materialidade de seus impressos, constitutivas da formação desse novo público leitor-docente. Nesse sentido, procurar reconstituir os modelos de leitura e formação contidos na materialidade dos impressos produzidos pelos educadores, na passagem do século XIX para o XX, permite analisar o modo peculiar como um imprensa destinada a um público específico, ordena e dispõe repertórios de saberes e práticas de leitura articuladas na forma do próprio impresso.

A invenção em papel e tinta do professor primário da escola paulista

As publicações analisadas tiveram o seu corpo editorial e o seu quadro de articulistas compostos por normalistas egressos da Escola Normal paulista, grande parte formada nas décadas de 1890 e 1900. Esses normalistas alicerçaram sua carreira profissional ocupando postos, recém criados, da nova hierarquia da administração escolar do Estado. A nova carreira se estruturou, em regra, por meio da ocupação sucessiva dos postos de professor das Escolas Complementares; de professor das Escolas Normais Primárias (a partir de 1911) e, em seguida, da Escola Normal Secundária, culminando, seletivamente, no cargo de Inspetor do Ensino e de Diretor das Escolas Normais¹⁸. Em geral, o magistério primário configurou-se como profissão feminina mas com carreira masculina¹⁹.

Foi a partir dessas posições, que esses normalistas se destacaram no mundo editorial como editores e articulistas de publicações periódicas especializadas em educação. Esse tipo de publicação ganha cada vez mais importância no cenário editorial paulista, especialmente a partir de 1911, com a reforma da escola normal que instituiu as Escolas Normais Primárias em várias cidades do Estado.

¹⁸ Ver Marcelo Figueiredo Meneses. *Circulação dos professores diplomados na Escola Normal de São Paulo pela Instrução Pública (1890-1910)*. Dissertação de mestrado em História da Educação, Universidade de São Paulo, 2012.

¹⁹ As autoras apresentam vários dados comparativos sobre a ocupação de postos do magistério paulista e brasileiro, indicando a enorme diferença entre a ocupação dos lugares na hierarquia da carreira, desde a sua institucionalização com a República. Ver Zeila Demartine e Fátima F. Antunes. "Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina". *Cadernos de Pesquisa*, 86 (ago. 1993), pp. 5-16.

A economia das providências com que os primeiros republicanos paulistas promoveram a institucionalização da escola no Estado, nas décadas de 1890 e 1900, foi caudatária de uma concepção específica de “pedagogia moderna”: uma “pedagogia prática”, na qual “ensinar a ensinar” é fornecer bons moldes²⁰. Centrada na reprodução de um modelo escolar por estratégias de produção de visibilidade de práticas exemplares, essa lógica punha em cena uma política educacional caracterizada pelo recurso a inúmeros dispositivos de propagação e implantação de “bons moldes”, com vistas à fabricação de novas práticas de sala de aula; práticas moldadas segundo os preceitos do que era entendido e proposto como *pedagogia moderna*. Tal política punha em cena estratégias de formação docente centradas em demonstrações práticas da “arte de ensinar”, exibidas nas Escolas Modelo e na divulgação impressa de modelos ou planos de lições, em livros e revistas dirigidos a professores.

O sucesso da política de institucionalização da escola republicana foi, a partir de 1911, largamente dependente do que definiu como “tradicional sistemática capilar da organização do ensino”²¹: sistemática pela qual o conhecimento cultivado nas Escolas Normais Secundárias era disseminado para as Escolas Normais Primárias e Complementares, e daí para as Escolas Modelo, Grupos Escolares e Escolas Isoladas, estrategicamente implantados na capital e no interior”²². A capilaridade desse sistema de organização escolar foi reforçada, sem dúvida, pelas inúmeras iniciativas editoriais de propagação de saberes e modelos pedagógicos que esses profissionais tomaram, editando revistas e publicando livros e artigos.

É nesse quadro que as primeiras gerações de egressos da Escola Normal paulista, reformada na década de 1890, parecem ter-se imbuído da mística de uma missão: atuar como uma espécie de elo de transmissão, na capilaridade do sistema que irrigava as escolas paulistas, com saberes e modelos que as fizessem funcionar de modo uníssono e sintonizado com os preceitos da *moderna pedagogia* tal como

²⁰ Marta M. C. de Carvalho. “A caixa de utensílios, o tratado e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura de professores”. In: Diana Gonçalves Vidal e Maria Lucia Hilsdorf (org.). *Tópicos de História da Educação*. São Paulo: EdUSP, 2001, pp. 137-169; Marta M. C. de Carvalho. “Livros e revistas para professores: configuração material do Impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos”. In: Marta M. C. de Carvalho e Joaquim Pintassilgo (org.). *História da Escola em Portugal e no Brasil. Circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri/ CIE da Faculdade de Ciências da Universidade Lisboa, 2006, pp. 141-175.

²¹ Maria Lucia S. Hilsdorf. “Lourenço Filho em Piracicaba”. In: Cynthia P. Sousa (org.). *História da Educação. Processos, práticas, saberes*. São Paulo: Escrituras, 1998, pp. 95-113.

²² Idem, p. 98.

era entendida²³. A nova classe que nascia com a institucionalização das credenciais da escola normal deveria impor suas representações sobre o bem ensinar, traçando a diferenciação entre os que possuíam saberes técnicos e eficientes e aqueles mestres-escola que ainda exerciam sua profissão sem ter passado formalmente por aquela escola²⁴.

Instalados estratégica e sucessivamente em escolas destinadas à formação de professores, mais de uma geração de normalistas aliou a docência nessas escolas a um persistente e minudente trabalho de difusão impressa de saberes pedagógicos, como foi originária e especialmente o caso da revista *Eschola Pública*, da *Revista Escolar* e também da mais longeva das publicações que são objeto desta comunicação, a *Revista de Ensino*. Esses periódicos, de um lado, produziram todo um repertório de saberes pedagógicos e, de outro, novos leitores que deveriam compreender esse jargão, se identificar com ele, e praticá-lo nas salas de aula das novas escolas graduadas. Nesse sentido, os impressos vão conformar territórios identitários dos profissionais do ensino primário, atribuindo cidadania àqueles que compartilhassem valores e práticas comuns.

Para compreender o caráter do trabalho pedagógico realizado por essas publicações, é importante analisá-las segundo o modelo *caixa de utensílios*²⁵. Esse modelo de configuração material do impresso guarda relação com as “regras culturalmente enraizadas que compunham a crença dos republicanos paulistas no impacto renovador do que era entendido e proposto como *pedagogia moderna*”.²⁶ Na materialidade desse tipo de impresso, é todo um repertório de saberes que se ordenam e se dispõem como ferramentas de organização da escola em moldes compatíveis com essa pedagogia:

[...] a crença na eficácia incontestável dos processos de ensino intuitivo; concepções acerca da natureza infantil formuladas nos marcos de uma psicologia das faculdades mentais; a aposta na pedagogia moderna como corpus de saberes e de

²³ Esse ponto de vista foi sustentado em Marta M. C. Carvalho, Luiz Carlos Barreira e Ana Clara B. Nery. “Antonio Firmino de Proença na imprensa de educação e ensino”. In: Marcia de Paula Gregório Razzini (org.). *Antonio Firmino de Proença: professor, formador, autor*. São Paulo: Editora Porto de Ideias Ltda., 2010, p. 62, *passim*.

²⁴ Vesentini e Lugli denominam essa formação de mestres como “modelo artesanal”. De todo o modo, é necessário investigações mais sistemáticas sobre a trajetória dos mestres-escola nos séculos XVII e XIX. Ver Paula Vesentini e Rosário Lugli. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 29.

²⁵ Ver especialmente Marta M. C. de Carvalho. “A caixa de utensílios”. *op. cit.*; Marta M. C. de Carvalho. “Livros e revistas para professores”. *op. cit.*

²⁶ Marta M. C. de Carvalho. “A caixa de utensílios”. *op. cit.*, p. 144.

instrumentos metodológicos aptos a viabilizar a escola de massas, organizando o ensino simultâneo em classes numerosas²⁷.

A difusão do modelo *caixa de utensílios* está originariamente relacionada à circulação da pedagogia entendida como *arte de ensinar* tal como a concebia a *moderna pedagogia* que circulou no São Paulo, em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, conformando iniciativas de reforma escolar. Essa pedagogia, observa Carvalho, é *pedagogia prática*: nela,

ensinar é prática que se materializa em outras práticas; práticas nas quais a *arte* de aprender formaliza-se como exercício de competências bem determinadas e observáveis em usos escolarmente determinados. Essa pedagogia como *arte* confere aos impressos de uso escolar um papel e um lugar específicos. Como *artes de saber-fazer-com*, ensino e aprendizagem são práticas fortemente atreladas à materialidade dos objetos que lhes servem de suporte. As práticas que se formalizam nos usos desses materiais guardam forte relação com uma pedagogia em que tal *arte* é prescrita como boa imitação de um modelo. Os incontáveis roteiros de lições divulgados em revistas dirigidas a professores têm as marcas dessa concepção pedagógica²⁸.

A relativa novidade dessas concepções doutrinárias da pedagogia moderna difundida nas reformas republicanas paulistas favorecia a constituição de um novo modelo de leitura a ser adotado pelos docentes das escolas primárias. Mas, não se pode esquecer que os destinatários desses impressos eram novos leitores, por vezes, pouco afeitos às novidades instituídas pelas novas instituições educacionais que surgiam. A forma *caixa de utensílios* também pode ser compreendida como um maquinário de dispositivos que continha a representação dos editores e autores das competências de seu público – o professor, como repetidas vezes aparece em suas páginas. Assim, esse maquinário deveria realizar a mediação entre conteúdos e os novos leitores; entre o repertório e seu destinatário, permitindo que este adentrasse no novo universo prático que se profissionalizava, e compreendesse o que se dispunha para a sua formação, assim como facilitava o manejo desse repertório, seja no uso

²⁷ Idem, p. 146.

²⁸ Idem, p. 142.

de seu jargão nas atividades escriturárias do cotidiano escolar, seja nas práticas de ordenação dos saberes prescritos para a transmissão em sala de aula.

É com a Reforma Caetano de Campos que se institui a lógica que preside a institucionalização do que chama de *modelo escolar paulista*: na Escola Modelo (anexa à Escola Normal criada pela Reforma), os futuros mestres podiam “*ver como as crianças eram manejadas e instruídas*”²⁹. Desse modo de aprender, centrado na visibilidade e na imitabilidade das práticas pedagógicas, esperava-se a propagação dos métodos de ensino e das práticas de organização da vida escolar. É essa pedagogia fundada no princípio de que *ensinar a ensinar* é fornecer bons moldes e de que *aprender a ensinar* supõe “*ter visto fazer*” que conforma o impresso destinado aos professores. É nesse campo normativo que é editada, por exemplo, a revista *Eschola Pública*³⁰.

A revista foi iniciativa de professores da Escola Modelo e, na sua origem, teria tido, segundo José Lourenço Rodrigues, o intuito de divulgar os métodos empregados nessa escola. Tratava-se, segundo este autor, de realizar programa proposto por Caetano de Campos segundo o qual havia “*muito a fazer na criação de bons moldes, muito livro a escrever, muita noção a adquirir*”. Seguindo esse programa, os professores editores da revista organizaram-na de modo a colocar “*à disposição dos colegas de fora, com o mais nobre despreendimento, os*

²⁹ Sobre o tema, ver, especialmente, Marta M. C. de Carvalho. “A caixa de utensílios”, *op. cit.*; Marta M. C. de Carvalho. “Livros e revistas para professores”, *op. cit.*

³⁰ A revista *Eschola Pública* tem o seu primeiro número, de sua segunda fase, editado em 1896. O editorial desse primeiro número é assinado pelos professores João Borges, René Barreto, Pedro Voss, Aristides de Castro, Joaquim de Brito, Arnaldo Barreto, Ramon Roca, Alfredo Bresses, Benedito Tolosa, Oscar Thompson, Joaquim Santana e Romão Puggiari. Nessa segunda fase, a revista tem formato distinto da primeira: saía a publicação “em livro pelo menos de 64 páginas, oitavo francês, trazendo a capa o sumário da matéria inserta”. Cf *Eschola Pública*. São Paulo, Typ. da Industrial de São Paulo, 1896, Ano I, n. I. No catálogo *Imprensa Periódica Educacional Paulista*, organizado por Denice Bárbara Catani e Cynthia Pereira de Sousa, consta a informação de que a revista circulou como publicação mensal em 1893 e 1894, e que a partir de 1895 obteve apoio financeiro da Secretaria do Estado do Interior. Nesse ano é publicado um número especial da revista. A partir de 1896, a revista passa a ser publicada trimestralmente. Ver Denice B. Catani e Cynthia P. Sousa. *Imprensa periódica educacional paulista*. São Paulo; Plêiade, 1999. Segundo Martins, “dado o seu sucesso de conteúdo, (...) o governo mandou imprimir em livro uma edição de 1.500 exemplares [com os números da *Eschola Pública* – 1º fase] com aquela seriação (Ana Luiza Martins. *Revistas em Revista*, *op. cit.* p. 306). A primeira fase de *A Eschola Pública* foi lançada em 1895 e deixou de circular ao final deste mesmo ano. Sua segunda fase iniciou-se em março de 1896 e findou em 15 de dezembro de 1897. Para Martins, foram as dificuldades econômicas que impediram que esse impresso tivesse uma longa duração. *Idem*, p. 306) Contudo, em alguns textos sobre o próprio periódico, seus editores deixam entrever outras dificuldades para realizar os propósitos da revista, como, por exemplo, problemas técnicos de impressão das lições de música. Ver *Eschola Pública*, conclusão do 1º número, ano I, 1896, p. 72.

*resultados de sua prática metodológica, das suas observações, das suas experiências; (...) modelos sugestivos para lições de linguagem, de aritmética, de ciências naturais, etc.*³¹.

Como se pode notar no comentário de Rodrigues, a revista instituía um novo território identitário da *escola pública paulista*. Nas suas páginas, falavam os sujeitos que instituía o novo, com seus bons modelos, para os de fora, que tinham muito a aprender. O próprio nome da revista, impresso em cada uma de suas páginas, repunha as fronteiras que separavam o que deveria ser a verdadeira escola pública das escolas “improvisadas” nos espaços privados das casas de seus mestres sem formação.

Eschola Pública organiza-se por seções que correspondem ao plano firmado em seu Editorial. A seção principal, que vinha logo após o *Pantheon Escholar*, intitula-se *Pedagogia Prática*³². Estava composta basicamente por modelos de lições das “matérias” de ensino. *Aritmética, Física, Sistema nervoso, Astronomia, Leitura Expressiva, Zoologia, Trabalho Manual* – esses são alguns dos títulos dos artigos que compõem a Seção. Várias outras Seções – Transcrições, Literatura Infantil, Música, Curiosidades Científicas – se organizam segundo a lógica de fornecer ao professor “coisas para usar” na sala de aula: um poesia aqui, um canto lá, uma estorinha ali.

Nessa lógica é que a Revista é composta como uma espécie de *caixa de utensílios* cujos usos supõem regras que não necessitam explicitação e que, portanto, são dadas como regras culturalmente compartilhadas por aqueles que têm cidadania no território da escola pública (autores e leitores- professores). A revista deveria difundir ao público leitor essas regras culturais, mesmo para aqueles que não haviam passado pela escola normal, e continuavam exercendo o magistério.

Eschola Pública foi editada entre 1893 e 1897, mas, como é possível inferir a partir das anotações de um aluno da Escola Normal em 1903³³, seus exemplares, encadernados em volumes, na forma de livros, foram dispostos para a consulta de professores e alunos nessas bibliotecas, como espécies de Manuais de Pedagogia. Tais usos da revista produziram-na como referência para um tipo de produção escrita dos

³¹ João Lourenço Rodrigues. *Um Retrospecto. Alguns subsídios para a história pragmática do Ensino Público em São Paulo*. São Paulo: Instituto D. Ana Rosa, 1930, p. 320.

³² Os “vultos eminentes” que figuram no Pantheon Escolar dos 3 primeiros números, são, pela ordem: Caetano de Campos, Pestalozzi e Froebel.

³³ Trata-se do caderno do aluno Norberto de Almeida, que então cursava a disciplina Pedagogia, ministrada por Cyridião Buarque, no 4o ano do curso. Ver a respeito: Marta M.C. de Carvalho, “Livros e revistas para professores”, *op. cit.*, p. 153.

professores e diretores das escolas normais e dos inspetores de ensino que se autoinvestiam da incumbência de propagar os *bons moldes*, tal como propusera Caetano de Campos, valendo-se do impresso como ferramenta de formação de professores.

Continuando a tradição inaugurada por a *Eschola Pública*, a *Revista do Ensino* (1903-1918) e a *Revista Escolar* (1925-1927) são testemunhos da longevidade dessa modalidade de configuração material do impresso, a *caixa de utensílios*. Mas não somente isso. Pode-se sustentar que a opção por tal modalidade de impresso podia ser signo de uma posição. O impresso configurado como *caixa de utensílios* era produto de práticas que se representavam herdeiras de um legado e continuadoras de uma tradição. Difundindo os modelos pedagógicos a que se atribuía o sucesso das políticas do chamado *período áureo*, tais práticas propunham-se como continuidade da estratégia de institucionalização da escola paulista que fizera o sucesso desse período no entendimento de seus agentes. Tratava-se, assim, de afirmar uma tradição e de perpetuar um legado. Legado e tradição recorrentemente reafirmados nos discursos que, nas primeiras décadas do século XX, instauraram a representação nostálgica da década de 1890 como um *período áureo* da educação paulista.

Catani entende que, nas primeiras duas décadas do século XX, a recorrente invocação dessa representação nostálgica nos discursos dos professores paulistas cumpre um duplo papel: “fornece o modelo exemplar de compreensão e condução das questões educacionais e reafirma a existência de ‘tradições’ a serem cultivadas ou celebradas, como que a fortalecer os limites do campo que se estava organizando profissionalmente”³⁴.

Partilhando esse entendimento, vamos além: para além da reafirmação das tradições e de um modelo nostálgico de compreensão e condução das questões educacionais nos discursos do período, consideramos que, nas primeiras décadas do século XX, em São Paulo, as práticas de difusão impressa de *modelos de lições* e de *bons moldes* de ensino atualizam, elas próprias, as convicções pedagógicas e os projetos que, segundo as representações educacionais dominantes, haviam animado o referido *período áureo*, afirmando-se como continuadoras de uma tradição e herdeiras do legado que atualizam nas suas práticas³⁵. Cumprem, assim, tais práticas, o papel apontado por

³⁴ Denice B. Catani. “Informação, disciplina e celebração: os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo”. *Revista da Faculdade de Educação*, 21-2 (jul/dez 1995), p. 21.

³⁵ Interpretação similar foi desenvolvida em artigo sobre Antonio Firmino Proença produzido em coautoria por Marta M.C. de Carvalho; Luiz Carlos Barreira e Ana Clara B. Nery. “Antonio Firmino de Proença na imprensa de educação e ensino”, *op. cit.*

com relação à invocação nostálgica do referido *período áureo*, mas, também, e de modo não nostálgico, são práticas de institucionalização da escola paulista que se autorrepresentam como continuadoras de uma tradição e como herdeiras de um legado. São práticas, que, nesse sentido, demarcam posições no campo educacional paulista.

A adesão à concepção da pedagogia como *arte de ensinar* que animou os primeiros republicanos paulistas, não foi, contudo, unânime. Muitas matérias publicadas na imprensa de educação a partir da década de 1910 são *planos de lições*, difusamente calcados nos *passos formais* de Herbart³⁶. A publicação desses *planos* também configura o impresso como *caixa de utensílios* e mantém a Revista no campo da *pedagogia moderna*. Mas, nesse caso, não se trata de difundir *modelos*, propondo-os à imitação de uma *arte de ensinar*, mas *planos*, roteiros, de uma ação planejada e calcada em princípios entendidos como científicos. É nesse sentido, que se pode identificar indícios de que a difusão impressa de *planos de lições* tenha sido prática editorial passível de ser tomada como índice de posições conflitantes no campo das disputas doutrinárias que atravessaram o processo de institucionalização da escola paulista, nas cinco primeiras décadas republicanas: Compreendida como uma variante dessa pedagogia, a difusão impressa de *planos de lição* calcados nos *passos formais* herbartianos é prática que promove uma espécie de didatização dos procedimentos de formação de professores, diferenciando-se daquela que, concebendo a pedagogia como *arte de ensinar*, propõe a *imitação* de práticas exemplares como recurso de modelagem das práticas docentes. Trata-se de uma variante da referida *pedagogia moderna*, compreendida, no caso, como *pedagogia científica*³⁷. Embora articuladas num mesmo campo doutrinário – o da *pedagogia moderna* – a diferença aludida indicia sutil deslocamento no interior desse campo. Tal deslocamento tem parentesco com outras mutações que, desde pelo menos 1911 e a partir de referenciais doutrinários de diversa extração, têm como denominador comum a adesão a uma *pedagogia experimental* ou *científica*.

Há dois períodos em que estratégias editoriais de moldagem das práticas da sala de aula são, de modo inequívoco, elemento constitutivo do perfil identitário da *Revista de Ensino*.

O primeiro deles é marcado por constante e quase exclusiva remissão a modelos pedagógicos norte-americanos e corresponde aos anos de 1902 e 1903, período em que Arnaldo Barreto é o redator chefe

³⁶ Idem.

³⁷ Idem. Ver também Marta M. C. de Carvalho. "Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas". In: Marcos César de Freitas (org.). *História Social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, pp. 395-415.

do periódico. Nesse período, é a pedagogia compreendida como *arte de ensinar* que constitui o campo semântico em que ganham sentido os inúmeros *modelos de lições* que a Revista difunde em sua seção *Pedagogia Prática*. O segundo período, de contorno temporal e perfil menos definido, se inicia em 1911, coincidindo mais ou menos com o período em que a Revista é editada “sob a direta orientação da Diretoria Geral do Ensino”, e que corresponde à terceira fase do ciclo de vida da *Revista*, delimitado por Catani³⁸. Neste período, o que confere identidade à *Revista* é uma redefinição do campo semântico da pedagogia, campo em que ganham sentido novos dispositivos de conformação das práticas docentes. Nele, a pedagogia como *arte de ensinar* deixa de regular a seleção e a disposição das matérias na *Revista*. No seu lugar, um novo léxico indicia a reconfiguração do campo normativo da pedagogia, alterando a relação entre teoria e prática. Nesse campo, a ciência e a experimentação ganham o estatuto de fundamentos das práticas docentes, redefinindo o papel do professor, cujas práticas nas salas de aula deixam de ser propostas e valorizadas como *boa imitação* de modelos e passam a ser práticas derivadas de uma adequada aplicação de preceitos e experimentos científicos.

Assim, pode-se falar de duas práticas editoriais e pedagógicas distintas, inscritas em modalidades também distintas de configuração material da *Revista do Ensino*. Nos primeiros anos de vida do periódico, moldar as práticas de sala de aula era operação regida segundo os preceitos daquilo que era entendido e proposto como uma “*pedagogia prática*”, na qual a *arte de ensinar* é prescrita como boa imitação de práticas modelares; e na qual “ensinar a ensinar” é fornecer bons moldes, seja na forma de modelos de lições, seja na forma de práticas exemplares cuja visibilidade é assegurada por estratégias de formação docente, dadas a ver em Escolas Modelo, anexas às Escolas Normais³⁹. Essa modalidade de intervenção no campo da pedagogia é sutil e gradativamente deslocada, nas páginas da *Revista*, na década de 1910. A partir das últimas edições de 1911, ganha corpo, nessas páginas, uma nova maneira de conceber a *pedagogia moderna* e, conseqüentemente, o trabalho de orientação do trabalho docente. Tal trabalho não é mais compreendido como estratégia de difusão de modelos a serem imitados, mas como *metodização* das práticas docentes mediada seja pelos passos formais herbartianos, seja por novos saberes de psicologia e de

³⁸ Denice B. Catani. *Educadores à meia luz. Um estudo sobre a Revista do Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

³⁹ Marta M. C. de Carvalho. “A caixa de utensílios”, *op. cit.*; Marta M. C. de Carvalho. “Livros e revistas para professores”, *op. cit.*

pedagogia experimental que a *Revista* põe em cena. Neste período, como observa Carvalho⁴⁰, a *Revista* ainda mantém, de modo menos nítido, o seu formato de *caixa de utensílios*, oferecendo materiais para uso dos professores, como músicas, estorinhas, poesias, etc.; mas a seção *Pedagogia Prática*, quando está presente, perde sua identidade original. No seu espaço, mas também de maneira esparsa pelas páginas da *Revista*, aparecem múltiplas prescrições didáticas extraídas do que então se entendia como *ciência do indivíduo*. Nessa nova relação que o periódico estabelece entre teoria e prática no campo da pedagogia são postas em cena novas representações acerca do papel do professor na sala de aula, implicando também uma nova compreensão acerca de sua formação e de suas práticas de leitura que remetiam diretamente a forma do texto que deveria ser disposto a esse novo leitor.

O sutil deslocamento que marca a reconfiguração dos dispositivos textuais e editoriais de moldagem das práticas de sala de aula nas páginas da *Revista do Ensino*, entre 1911 e 1917, deve ser relacionado às transformações pelas quais passa a formação dos professores nas Escolas Normais do Estado, com a transformação das Escolas Complementares, que vinham até 1911 formando professores, em Escolas Normais Primárias; com a introdução de estudos de psicologia no currículo dessas escolas; e com a criação, na Escola Normal Secundária, do Laboratório de Pedagogia Experimental e da Cadeira de Psicologia Aplicada à Educação. É assim que, a partir de 1911, a *Revista de Ensino* dá ampla divulgação às novas concepções do estudo da criança, pondo em cena a relevância dos experimentos da psicologia experimental e das práticas de laboratório. É assim, por exemplo, que, o discurso de Oscar Thompson na instalação do Laboratório de Pedagogia Experimental é publicado na *Revista*. É assim também que são publicadas as aulas do curso que Ugo Pizzoli, o especialista italiano convidado para instalar este Laboratório, ministrou em 1914. Nelas, as práticas de laboratório eram chamadas a balizar as práticas de sala de aula atribuindo novos papéis ao professor. É ainda assim que passam a ser recorrentes na *Revista* artigos sobre psicologia experimental e pedagogia científica, como os de autoria de Clemente Quaglio.

A *Revista de Ensino* é produto de práticas inscritas no campo da pedagogia que balizou o processo de institucionalização da escola republicana em São Paulo. Quando atribui sentido às formas de configuração material do impresso para caracterizar os periódicos

⁴⁰ Marta M. C. de Carvalho. "Da pedagogia como arte de ensinar à pedagogia científica: a *Revista de Ensino* e a difusão de modelos pedagógicos estrangeiros (1902-1918)". In: Ana Clara B. Nery e José Gondra (org.). *Imprensa pedagógica na Ibero-América: local, nacional e transnacional*. São Paulo: Alameda, 2018, pp. 77-97.

analisados, esta comunicação considera nuclear a presença ou ausência, neles, da seção *Pedagogia Prática*, entendendo que a materialidade dos dispositivos textuais e tipográficos que nessa seção selecionam, organizam e dispõem os saberes pedagógicos julgados necessários à moldagem das práticas de sala de aula fornecem índices sobre o campo normativo da pedagogia que lhes confere sentido. Nos dois primeiros anos da *Revista de Ensino* (1902 e 1903), por exemplo, em que Arnaldo Barreto é o seu redator-chefe, a presença dessa seção é determinante do perfil da publicação como *caixa de utensílios*. Mas, embora essa seção não tenha sempre o mesmo espaço na Revista, este modelo de configuração material do impresso será atuante em todo o ciclo de vida desse periódico, como modelo a ser retomado, repudiado ou reconfigurado. A força do modelo sobreviverá ao periódico, sendo mesmo reabilitado mais tarde, em meados da década de 1920, na *Revista Escolar*, publicada entre 1925 e 1927, como órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública paulista. Como já se havia aventado, a manutenção do modelo *caixa de utensílios* refere-se à pedagogia moderna em debate naquele momento, mas, também à representação da capacidade de leitura que a comunidade docente constituiu nos seus primeiros anos de profissionalização. A partir dos últimos anos da década de 1920, quando são muitos os indícios de que, sob o impacto da tumultuada difusão das proposições da *pedagogia da escola nova*, a chamada *pedagogia moderna* começa a dar sinais de esgotamento, difundir *modelos ou planos de lições* na imprensa especializada em educação é prática que passa a indicar posições no já então conturbado campo de disputas pelo controle da escola paulista, demarcando novamente uma re-territorialização das comunidades leitoras, distinguidas pelas etiquetas de velhos/novos; tradicionais/inovadores. Homóloga à divisão do início da república que opunha os leitores formados nas escolas normais, afeitos às revistas *caixas de utensílios* e os que não o eram, o deslocamento operado nos anos 1920 agora opunha não só teorias de educação, mas as próprias formas do impresso, seja na seleção dos gêneros textuais, seja no modo como os impressos, por meio do manejo de dispositivos tipográficos, ordenavam as novas práticas de leitura projetadas para o leitor-docente.

Esses sutis deslocamentos teóricos que reordenam o modelo *caixa de utensílios* estavam destinados, na sua forma impressa, àquela nação de leitores que havia sido criada pela tradição da revista *Escola Pública* e pelas práticas de leitura instauradas na Escola Normal. Nesse sentido, a herança não se restringia apenas ao que podia se definir como *pedagogia moderna*, mas, também, esses novos redatores do periódico herdavam

um público afeito à *caixa de utensílios*, um público cuja identidade nasceu daquele modelo e nele se perpetuava. Ao contrário do primeiro periódico, que havia inventado seu público; a *Revista do Ensino* para ser aceita e introduzir deslocamentos no campo pedagógico, adotou como estratégia de fundo a manutenção do modelo de leitura e formação já enraizado no campo educacional. As comunidades leitoras, formadas na Escola Normal e na vida cotidiana, partilhavam da forma e dos códigos culturais criados na tradição de um impresso profissional dos pais fundadores.

Referências

- CARVALHO, Marta M. C. de. "A caixa de utensílios, o tratado e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura de professores". In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia (org.). *Tópicos de História da Educação*. São Paulo: EdUSP, 2001, pp. 137-169.
- CARVALHO, Marta M. C. de. "Da pedagogia como arte de ensinar à pedagogia científica: a *Revista do Ensino* e a difusão de modelos pedagógicos estrangeiros (1902-1918)". In: NERY, Ana Clara B.; GONDRA, José (org.). *Imprensa pedagógica na Ibero-América: local, nacional e transnacional*. São Paulo: Alameda, 2018, pp. 77-97.
- CARVALHO, Marta M. C. de. "Livros e revistas para professores: configuração material do Impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos". In: CARVALHO, Marta M. C. de.; PINTASSILGO, Joaquim (org.). *História da Escola em Portugal e no Brasil. Circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri/ CIE da Faculdade de Ciências da Universidade Lisboa, 2006, pp. 141-175.
- CARVALHO, Marta M. C. de. "Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas". In: FREITAS, Marcos Cézár de (org.). *História Social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, pp. 395-415.
- CARVALHO, Marta M. C. de.; BARREIRA, Luiz Carlos; NERY, Ana Clara B. "Antonio Firmino de Proença na imprensa de educação e ensino". In: RAZZINI, Marcia de Paula G. (org.). *Antonio Firmino de Proença: professor, formador, autor*. São Paulo: Editora Porto de Ideias Ltda., 2010, p. 61-80.
- CATANI, Denice B. "Informação, disciplina e celebração: os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo". *Revista da Faculdade de Educação*, 21-2 (jul./dez. 1995), pp. 9-30.
- CATANI, Denice B. *Educadores à meia luz. Um estudo sobre a Revista do Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CATANI, Denice B.; SOUSA, Cynthia P. *Imprensa periódica educacional paulista*. São Paulo: Plêiade, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- CERTEAU, Michel de. *L'invention du quotidien*. Paris: Gallimard, 1990.
- CHARTIER, Anne-Marie. "Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação". *Educação & Pesquisa*, 26-2 (2000), pp. 157-168.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa/ Rio de Janeiro: Bertrand/ DIFEL. 1990.
- CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e Vida Urbana (1890-1915)*. São Paulo: Educ/ FAPESP, 2000.
- DEMARTINE, Zeila; ANTUNES, Fátima F. "Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina". *Cadernos de Pesquisa*, 86 (ago. 1993), pp. 5-16.

- HÉBRARD, Jean. "Escolarização dos saberes elementares na época moderna". *Teoria & Educação*, 2 (1990), pp. 65-110.
- HILSDORF, Maria Lucia S. "Lourenço Filho em Piracicaba". In: SOUSA, Cynthia P. (org.). *História da Educação. Processos, práticas, saberes*. São Paulo: Escrituras, 1998, pp. 95-113.
- JULIA, Dominique. "A cultura escolar como objeto histórico". *Revista Brasileira de História da Educação*, 1 (2000), p. 9.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista*. São Paulo: EdUSP/ FAPESP, 2008.
- MENESES, Marcelo Figueiredo. *Circulação dos professores diplomados na Escola Normal de São Paulo pela Instrução Pública (1890-1910)*. Dissertação de mestrado em História da Educação, Universidade de São Paulo, 2012.
- PETRUCCI, Armand. "Ler por ler: um futuro para a leitura". In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). *História da Leitura o mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002, pp. 206-207.
- RODRIGUES, João Lourenço. *Um Retrospecto. Alguns subsídios para a história pragmática do Ensino Público em São Paulo*. São Paulo: Instituto D. Ana Rosa, 1930
- SOUZA, Rosa Fátima de. *História da Organização do Trabalho Escolar e do Currículo no século XX*. São Paulo: Cortez, 2008.
- VESENTINI, Paula; LUGLI, Rosário. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. "Sobre a história e a teoria da forma escolar". *Educação em Revista*, 33 (2001), pp. 7-47.

Recebido em: 17/12/2021.

Aceito em: 23/02/2022.